

Brasília-DF, 05 de maio de 2026

Sessão no Senado celebra o 1º de Maio e destaca trajetória de Paulo Paim



O Senado Federal realizou, nesta segunda-feira (4), uma sessão solene em homenagem ao Dia do Trabalhador, reunindo lideranças sindicais, representantes de entidades e trabalhadores de diversas categorias. A atividade reafirmou o papel histórico do 1º de Maio como símbolo de luta por direitos, valorização do trabalho e justiça social.

A sessão teve forte significado político e institucional ao destacar a trajetória de Paulo Paim, reconhecido por sua atuação constante em defesa da classe trabalhadora ao longo de décadas no Congresso Nacional. O momento também foi marcado por referências ao encerramento de um ciclo em sua vida pública, com o anúncio de que não disputará novos mandatos.



Durante a cerimônia, representantes das centrais sindicais ressaltaram a importância da organização coletiva diante dos desafios atuais, como a precarização do trabalho, a informalidade e as longas jornadas. A defesa da redução da jornada e de melhores condições de vida voltou a aparecer como

eixo central das falas. Na ocasião, as centrais também entregaram ao senador a pauta da classe trabalhadora, reunindo as principais reivindicações do movimento sindical.



Sônia Zerino, presidente da NCST e diretora da CNTI

A presidente da NCST e Secretária p/Assuntos de Trabalho da Mulher, Idoso e Juventude da CNTI, Sônia Zerino, destacou que a data vai além de uma homenagem simbólica. "Hoje nos reunimos para celebrar o Dia do Trabalhador e da Trabalhadora. É um momento de reconhecimento, de reflexão e, sobretudo, de valorização de cada um que, com seu esforço diário, constrói a nossa sociedade", afirmou. Sônia também ressaltou o papel do movimento sindical no enfrentamento a problemas urgentes, como o feminicídio, e defendeu o fortalecimento das negociações coletivas e a ratificação de convenções internacionais voltadas à proteção do trabalho. Ao abordar a escala 6x1, chamou atenção para a realidade das mulheres trabalhadoras, que acumulam dupla e até tripla jornada, reforçando a necessidade de avançar na redução do tempo de trabalho.



José Reginaldo, presidente da CNTI

Em sua fala, o presidente da CNTI, José Reginaldo, afirmou que o trabalho é base essencial para a sustentação da sociedade, da democracia e de

Brasília-DF, 05 de maio de 2026

qualquer projeto nacional legítimo. Segundo ele, não há desenvolvimento possível quando o trabalhador é tratado como peça descartável da economia, ressaltando que a valorização de quem produz a riqueza coletiva é condição indispensável para a justiça social e o fortalecimento democrático.

Ao homenagear o senador Paulo Paim, Reginaldo destacou que a data vai além de uma celebração histórica, representando uma trajetória marcada pela defesa consistente dos direitos sociais. Ele ressaltou o papel do parlamentar na construção de importantes avanços na proteção social no Brasil, associando seu nome à luta pelo trabalho digno, à justiça social e à democracia, além de reconhecê-lo como símbolo de diálogo, escuta e compromisso com os trabalhadores.



Chicão, Secretário de Educação da CNTI e Presidente do Sindicato dos Eletricitários/SP

O secretário de Educação da CNTI e presidente do Sindicato dos Eletricitários de São Paulo, Eduardo Annunziato (Chicão), destacou que a adoção da jornada 4x3 pela entidade tem gerado resultados positivos, com aumento da produtividade aliado à melhoria da qualidade de vida dos trabalhadores. Segundo ele, a experiência demonstra a viabilidade de modelos mais flexíveis, como a convivência entre os regimes 4x3 e 5x2. Chicão também defendeu a redução da jornada para 36 horas semanais como um passo necessário para o avanço do país, relacionando o desenvolvimento à valorização do trabalho e à garantia de condições dignas. O dirigente ainda ressaltou a importância de ampliar a presença de trabalhadores nos espaços de poder e criticou a desigualdade social, afirmando que não há prosperidade enquanto persistirem a pobreza e a fome no Brasil.

Paulo Paim também defendeu o fim da escala 6x1 e fez um chamado à unidade da classe trabalhadora. "Esperamos por isso há décadas. Não podemos nos

render ao medo, ao terrorismo econômico, às previsões catastróficas que sempre surgem quando se quer avançar em direitos", afirmou.



Ao encerrar a sessão, o senador reforçou o sentido da luta coletiva e o papel da democracia na conquista de direitos. "Nesta sessão, em homenagem ao 1º de Maio, reafirmamos: podem tentar empurrar nosso povo para trás, mas são os nossos valores que haverão de nos puxar para o futuro. É para esse futuro mais justo, mais humano, mais fraterno que caminharemos juntos. A luta faz a lei, mas, com democracia, tudo muda. Sem ela, o nada", disse. Paim também agradeceu aos presentes e destacou o protagonismo dos trabalhadores: "As palmas são para vocês, que representam os trabalhadores".



O ambiente foi de reconhecimento e respeito, com manifestações que destacaram a contribuição de Paim para avanços sociais e trabalhistas no país. Mais do que uma homenagem institucional, a sessão reforçou o compromisso histórico com a luta dos trabalhadores e trabalhadoras, mantendo viva a pauta por direitos, dignidade e inclusão social.

Assista: <https://www.youtube.com/watch?v=RHG2vfPHQc8>

Fotos: André de Oliveira e
Andressa Anholete/Agência Senado

Fonte: Texto adaptado NCST



Brasília-DF, 05 de maio de 2026

Democracia sob tensão e pressão com escalada de ataques ao Supremo

Investidas da extrema-direita contra o STF é estratégia de deslegitimação institucional, amplificada pela mídia e agravada por divisões no tribunal

Marcos Verlaine*



O Supremo Tribunal Federal tornou-se alvo estratégico da extrema-direita, o que explica porque a escalada de ataques à Corte não é episódica nem tampouco espontânea. Ao agir assim, esse campo político revela profundo desprezo pela

democracia e pelo Estado de Direito. Diante disso, cabe aos democratas enfrentar esse movimento de forma contínua e determinada.

Trata-se, pois, de estratégia política consistente: enfraquecer a instituição que, nos momentos mais críticos recentes, funcionou e tem funcionado como anteparo às investidas contra a ordem democrática.

Ao assumir protagonismo no enfrentamento a atos antidemocráticos — especialmente após os desdobramentos dos ataques de 8 de janeiro de 2023 — o STF passou a ocupar, para a extrema-direita, o papel de o inimigo central, que deve ser combatido e destruído.

A escolha não é trivial. Ao deslocar o foco para o Judiciário, esses grupos buscam tensionar a legitimidade de decisões judiciais, politizar a atuação da Corte e, em última instância, reconfigurar os limites institucionais do Estado de Direito.

Retórica política e cálculo eleitoral

É nesse contexto que se insere a atuação, dentre outros, do ex-governador Romeu Zema (Novo), que é pré-candidato à Presidência da República.

Ao intensificar críticas ao STF — incluindo a produção de conteúdos que ironizam ministros e a promessa de “novo Supremo” —, o pré-candidato parece operar em 2 frentes simultâneas: de um lado, dialoga com base eleitoral já predisposta à desconfiança institucional; de outro, amplia a visibilidade no cenário nacional.

O cálculo, assim, é político e eleitoral.

A retórica, no entanto, não é neutra. Ao associar ministros a práticas ilícitas ou sugerir ruptura na configuração da Corte, o discurso ultrapassa o campo

da crítica legítima e adentra zona de tensionamento institucional perigosa.

A reação de integrantes do próprio STF, como a movimentação envolvendo Gilmar Mendes, evidencia que essas declarações não são vistas apenas como posicionamentos políticos, mas como potenciais vetores de desinformação e deslegitimação da instituição que protege a Constituição.

Papel ambíguo da imprensa

Parte da imprensa brasileira, ao amplificar essas declarações sem o devido filtro crítico, contribui para a escalada do conflito.

Não se trata de defender silêncio ou censura — pilares incompatíveis com a democracia —, mas de reconhecer que a mediação jornalística carrega responsabilidade editorial.

Quando ataques institucionais são reproduzidos como mera controvérsia política, sem contextualização adequada, cria-se ambiente em que a excepcionalidade vira rotina e a crítica destrutiva ganha status de debate legítimo.

O resultado é a erosão gradual da confiança pública nas instituições.

Divisão interna e dilema do STF

A resposta do STF a esse cenário está longe de ser homogênea. Há, no interior da Corte, divisão relevante e incomoda: parte dos ministros defende reação mais incisiva, com uso ampliado de instrumentos legais para conter ataques; outra ala prefere postura mais contida, temendo que o enfrentamento direto alimente ainda mais o discurso de politização do Judiciário.

O fato é que esses ataques têm se intensificado e, diante das divisões internas, a Corte muitas vezes não consegue oferecer respostas à altura. Nem aos golpistas de ocasião, nem tampouco à própria sociedade.

Esse impasse revela dilema estrutural. Reagir de forma dura pode reforçar acusações de ativismo; agir com discrição pode ser interpretado como fragilidade institucional. Em ambos os casos, o custo político é elevado.

Assim, será preciso encontrar a média correta entre ambos os dilemas colocados como desafio.

Entre resistência e desgaste institucional

O STF permanece, de fato, como um dos principais pilares de contenção de rupturas institucionais no Brasil recente. Mas essa centralidade tem preço:

Brasília-DF, 05 de maio de 2026

quanto mais a Corte atua, mais se expõe ao embate político.

E quanto mais se expõe mais necessita de equilíbrio interno, na imprensa, nos amplos setores democráticos, e inclui-se aí o governo.

O que está em jogo, portanto, não é apenas a imagem do tribunal, mas o próprio equilíbrio entre os Poderes. A normalização de ataques sistemáticos ao Supremo — especialmente quando instrumentalizados por projetos eleitorais — aponta para risco mais amplo: o de que a crítica legítima seja substituída por lógica de corrosão institucional.

Nesse ambiente, a defesa da democracia deixa de ser consenso básico e passa a ser objeto de disputa, que é sinal de alerta que o País não pode ignorar.

*Jornalista, analista político e assessor parlamentar do Diap

Fonte: Diap

Governo Lula lança publicidade em defesa do fim da escala 6x1: 'Tempo é direito'

Em peça publicitária, Lula afirma que tempo de descanso é direito essencial, rebate temor de quebra da economia e sustenta que redução da jornada favorece saúde mental e evolução do País

REUTERS/Adriano Machado



O governo do presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva (PT), lançou na noite do domingo, 4, uma nova peça publicitária para defender o fim da escala 6x1. Na produção, o

Executivo diz que ter mais tempo para descanso é um direito do trabalhador e que outras conquistas trabalhistas não quebraram o País, apesar do temor do mercado financeiro.

"Limitar a jornada, garantir descanso semanal, férias, licença maternidade, foram conquistas que devolveram o tempo às pessoas. Contra cada uma delas disseram que o Brasil ia quebrar. Não quebrou e direitos foram garantidos. Tempo é direito", afirma a peça publicitária.

Ela diz também que ter apenas um dia de folga não garante um descanso do trabalhador e que isso se torna um "privilegio" que gera injustiça.

"A luta aqui é por dignidade, por direito ao tempo, por saúde mental, por vida além do trabalho", diz um trecho. "Três de cada dez brasileiros com carteira assinada trabalham seis por um. Isso significa ter apenas um dia de descanso. Um único dia, que na prática não é descanso. É lavar roupa, limpar a casa, fazer compras, resolver problemas", afirma a produção.

A peça também defende que a redução da jornada de trabalho vai acarretar uma melhora da produtividade por parte dos trabalhadores. "Trabalhadores descansados produzem mais, cometem menos erros, duram mais os empregos. Um país exausto não cresce. Um país que respira, evolui. Mais tempo significa mais saúde, mais estudo, mais vida. Fim da escala seis por um é tempo com a família", diz.

O conteúdo foi compartilhado nos perfis do governo nas redes sociais. No Instagram, em 15 horas, obteve 3,6 mil curtidas e 600 compartilhamentos.

Fonte: Estadão Conteúdo

1º CONFERÊNCIA LIVRE
RUMO A AGENDA 2030 DA ONU

ODS

EIXO 3
PROMOÇÃO DA INCLUSÃO SOCIAL E
COMBATE ÀS DESIGUALDADES

INSCREVA-SE

Juntos, podemos reduzir
às desigualdades.

Dia: 12/05/2026
Horário: 09h às 12h
Online na Plataforma Zoom

CNTI 1ª CONFERÊNCIA NACIONAL DO LADO DO POVO BRASILEIRO

GOVERNO DO BRASIL

[Inscreva-se aqui!](#)